

Uniformes da Guerra do Paraguai

Adler Homero Fonseca de Castro. Mestre em História, pesquisador do IPHAN e curador de armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares, do Exército.

A primeira metade do século XIX é um período que muitos especialistas classificam como sendo de conflitos de transição, de países que se beneficiavam da evolução técnica causada pela revolução industrial, mas que ainda se mantinham ligados a práticas e costumes mais antigos, gerados pelas guerras napoleônicas¹. Dentro deste esquema, o conflito mais citado como exemplo de guerra de transição é a Guerra Civil Americana (1860-1866), contemporânea com a Guerra do Paraguai. De fato, diversos oficiais norte-americanos, veteranos da Guerra Civil, se ofereceram para servir nos dois lados em combate, o Brasil empregando alguns deles em funções especializadas, como James H. Tomb. Este trabalharia no serviço de guerra contra minas fluviais da Marinha Brasileira (mas não foi capaz de impedir o afundamento do *Rio de Janeiro*).

No caso do presente estudo, a Guerra Civil Americana é classificada como um “conflito de transição” devido ao uso de uma série de técnicas e artefatos bélicos que, ou aumentaram de forma exponencial, ou surgiram no período, devido à rápida evolução técnica, como o grande aumento do poder de fogo de destruição das armas: o fuzil padrão usado até 1850, de carregar pela boca, tinha uma cadência de fogo máxima de quatro tiros por minuto, com alcances precisos de apenas 75 metros. Na Guerra Civil, se usaram, além das antigas armas outras, de repetição, capazes de disparar 10, 20, 30 ou até mais tiros por minuto sem maiores problemas, ao mesmo tempo em que tinham um alcance na ordem de centenas de metros, chegando quase a um quilômetro. O uso de meios de transportes mecânicos, como as ferrovias e navios a vapor, tornaram o movimento muito rápido, seguro e regular, independente da capacidade e restrições dos animais ou o capricho dos ventos no mar.

¹ Vários autores trabalham com as transformações causadas na guerra pelo desenvolvimento tecnológico e industrial. Os trabalhos de William H. McNeill (*The Pursuit of Power*. Chicago : University of Chicago, 1982), Dennis E. Showalter (*Railroads and Rifles : soldiers, technology and the Unification of Germany*. Hamden : Archon, 1986), Martin van Creveld (*Technology and War : from 2.000 b.C. to the Present*. London : Brassey's, 1991) e de Steven T. Ross (*From Flintlock to Rifle : infantry tactics, 1740-1866*. London : Frank Cass, 1996) são obras recentes que abordam essa questão, podendo-se ver também o problema nos clássicos, como os de Preston e Wise (PRESTON, R. A., WISE, S.F. & WERNER, H.O. *Men in Arms: a history of warfare and its interrelationships with Western Society*. New York : Frederick Praeger, 1956) ou o de J. F. C. Fuller (*Armament & History : The Influence of armament on history from the dawn of Classical Warfare to the end of the Second World War*. New York : Da Capo, 1998). Em português a seleção é mais limitada, mas pode-se consultar o livro de Paul Kennedy: *Ascensão e Queda das Grandes Potências : transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

Neste período de transição entre a guerra antiga, da Idade Moderna, e a guerra industrial, da atualidade, um dos pontos de maior importância foi a consolidação dos exércitos nacionais, de massa. Surgidos no período napoleônico, a Revolução Industrial, com a produção em série e equipamentos padronizados de boa qualidade, permitiu que esses exércitos de massa, com grandes efetivos, se difundissem cada vez mais. A revolução permitiu também que fossem abastecidos em combate, mesmo em locais inóspitos, longe de pontos de suprimento organizados, o que fora um dos grandes empecilhos para as campanhas militares feitas até então².

Um dos resultados dessa revolução na arte da guerra foi que os exércitos envolvidos na Guerra Civil Americana tivessem alcançado efetivos gigantescos, muito maiores do que os dos períodos anteriores. Foi quase como se coloca na literatura especializada uma *guerra total*, a mobilização de toda a sociedade para se atingir o objetivo político, através da força das armas.

Apesar de todos os beligerantes na Guerra do Paraguai serem subdesenvolvidos, este conflito também pode ser classificado como “de transição”, nos termos acima. Isso porque todos os principais elementos presentes na guerra moderna, como o efeito dos novos meios de transporte, o suprimento das tropas a milhares de quilômetros dos centros de abastecimento no Império ou na Argentina, foi feito por uma esquadra de navios a vapor. O armamento em uso também era razoavelmente moderno, pois o fuzil em uso quinze anos antes do conflito, o mesmo que se usava na Europa de então, tinha um alcance curto e baixa eficiência, enquanto durante a guerra, todas as forças do Império foram equipadas com armas de precisão e longo alcance (mais de 700 metros), sendo que no final do conflito toda a cavalaria brasileira usava modernas clavinhas de retrocarga, capazes de disparar até 21 tiros por minuto. Houve até o uso de ferrovias – mesmo que fosse a única e pequena linha existente no Paraguai de então.

Mas o principal aspecto que deu à Guerra da Tríplice Aliança um aspecto moderno foi o da mobilização de grandes contingentes de tropa. Isto é mais claro no caso do Paraguai, onde foi necessário levantar constantes levadas de soldados para completarem o exército dizimado em algumas desastrosas batalhas ou campanhas (o cerco de Uruguaiana, Tuiuti e a Dezenbrada). Esta mobilização paraguaia chegou a níveis inauditos no mundo até hoje: cerca de 80% de toda a população masculina do país teria morrido no conflito³. Mesmo no Brasil, onde os efetivos mobilizados foram

² Para uma discussão dos problemas da logística (suprimentos) na guerra, ver: CREVELD, Martin van. *Supplying war : Logistics from Wallenstein to Patton*. Cambridge : Cambridge University, 1990.

³ Há uma grande discussão sobre o nível de mortes paraguaias no conflito, hoje em dia sabendo-se que as estimativas mais inflacionadas, que falam de um milhão de mortos, são excessivamente exageradas. Mas o número de mortos paraguaios⁰⁰⁷³, não importando essa revisão, ainda é muito alto. Ver: REBER, Vera Blinn. The Demographics of Paraguay: A Reinterpretation of the Great War, 1864-1870. *Hispanic American Historical Review*, 68, no. 2 (May) ou WHIGHAM, Thomas L. e

aparentemente mais limitados, quando vistos em relação à população muito maior do país, as forças armadas, compostas ao longo dos cinco anos do conflito por mais de 130.000 homens, implicaram no recrutamento de perto de 6% da população masculina adulta livre do país⁴. Para efeito de comparação, com a atual pirâmide etária do País, se fosse mantido esse nível de mobilização o tamanho das forças armadas seria de perto de quatro milhões de homens!⁵ E a força enviada para o Paraguai não inclui os grandes contingentes da Guarda Nacional mobilizados para suprir as necessidades de defesa e policiamento interno do país, já que praticamente todo o exército e forças policiais foram enviadas para o Paraguai⁶.

E essa questão do tamanho dos exércitos é fundamental para se entender o problema dos uniformes usados pelos beligerantes na Guerra do Paraguai: era necessário vestir – e manter vestido – um número imenso de homens, afastados milhares de quilômetros da origem do suprimento dos uniformes, na Corte e em Porto Alegre. E isso não podia deixar de ter suas conseqüências, que têm que ser trabalhadas com outros fatores, como os socialmente/culturalmente impostos.

Não podemos deixar de frisar que os fatos culturais tiveram uma grande relevância. A indumentária militar reflete a sociedade em que se insere, não só nos gostos da moda, como também nas questões menos interessantes, da própria forma, feitura, materiais e forma de utilização dos trajes.

Do ponto de vista da moda, a Revolução Industrial foi marcada, entre outros aspectos, pela produção em série, em grande volume, de produtos feitos com materiais mais baratos e mais facilmente trabalhados por máquinas – sintomaticamente, um dos marcos da Revolução é a invenção da *Spinning Jenny*, uma máquina de fiar (fazer fios) inventada pelo inglês James Hargreaves em 1764. Isto teve seus reflexos sociais é claro, pois o preço dos tecidos diminui, ao mesmo tempo em que sua disponibilidade aumentou, mas ao custo da diminuição na variedade do material, agora produzido em quantidade, sob especificações industriais. O resultado, em termos da moda, foi uma simplificação nos trajes, uma certa sobriedade nos padrões de vestir, especialmente comparada aos vistosos trajes do século XVIII ou, do ponto de vista militar, com

POTTHAST, Barbara. The Paraguayan Rosetta Stone: new insights into the demographics of the Paraguayan War, 1864-1870. *Latin American Research Review*, Winter 1999 v34.

⁴ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai : escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro Paz e terra, 1990. p. 111.

⁵ LANGTON, Christopher (ed). *The Military Balance 2006*. London : Routledge, 2006. p. 314.

⁶ Em todo o exército, apenas o 1º Regimento de Cavalaria Ligeira, no Rio de Janeiro, não foi enviado para o teatro de operações batalha. Boa parte dos 54 corpos de Voluntários da Pátria foram formados por forças policiais ou da Guarda Nacional das províncias. Para o histórico da formações dos corpos de voluntários da Pátria consultar DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro : BIBLIEX, 1981/1990. (9 vols).

relação aos garbosos uniformes usados no período napoleônico, extremamente garridos e variados.

No período até meados do século XIX no Brasil, assim como na maior parte dos exércitos do mundo, as fardas militares até então eram muito poucos “uniformes”, no sentido de que não se assemelhavam entre si. Na verdade, havia uma imensa profusão de estilos, cortes e cores, variando de forma muitas vezes dramática aos olhos de uma pessoa dos dias de hoje: os chapéus (coberturas, na linguagem militar) usados pela artilharia eram diferentes dos usados pela cavalaria, que por sua vez eram diferentes dos da infantaria. Havia até diferenças entre as coberturas usadas em um mesmo tipo de tropa. Por exemplo, a infantaria ligeira (caçadores), normal (fuzileiros) e pesada (granadeiros) usavam chapéus de estilos bem diferentes: as coberturas (barretinas) de pele de urso usados até hoje em dia pela guarda real inglesa são um resquício do costume dos granadeiros usarem barretinas desse tipo, já que são envergados em comemoração ao fato dos batalhões da guarda inglesa terem capturado barretinas dos granadeiros franceses na batalha de Waterloo (1815). Essas diferenças de uniformes entre as unidades se estendiam até os menores detalhes, como os “vivos”, os debruns dos uniformes, que acompanhavam as cores das golas e dos “canhões” (punhos) das fardas. Cada unidade (regimento ou batalhão) tinha o seu próprio esquema de cores e acessórios individualizados, como a colocação do número dos batalhões nos botões e dragonas usadas pelos soldados.

<i>Corpos</i>	<i>Blusa</i>	<i>Gola</i>	<i>Canhões</i>	<i>Vivos da gola</i>	<i>Vivos do peito</i>
1º Reg. de Artilharia a Cavalo	Encarnada	Preto	Preto	-	Preto
2º Reg. de Cavalaria Ligeira	Encarnada	Azul ferrete	Preto	Encarnado	Azul ferrete
3º Reg. de Cavalaria Ligeira	Encarnada	Azul ferrete	Azul claro	Encarnado	Azul ferrete
4º Reg. de Cavalaria Ligeira	Encarnada	Azul ferrete	Amarelo	Encarnado	Azul ferrete
5º Reg. de Cavalaria Ligeira	Encarnada	Azul ferrete	Verde	Encarnado	Azul ferrete
3º, 4º e 6º Btls. de Infantaria	Rosa	Amarelo	Amarelo	-	Amarelo
12º e 13º Btls. de Infantaria	Encarnada	Verde	Verde	-	Verde
Companhia de Inválidos	Azul ferrete	Rosa	Rosa	Branco	Branco
Companhia de Transportes	Azul ferrete	Encarnado	Encarnado	Azul ferrete	Encarnado
Guarda Nacional	Azul ferrete	Encarnado	Amarelo	Azul ferrete	Encarnado
Piquete do General Presidente	Encarnada	Azul ferrete	Azul Ferrete	Branco	Branco

Figura 1 - Mapa das cores e distintivos das blusas de Baeta e de ganga para uso das praças de pré dos corpos do Exército Estacionados na Província de S. Pedro, 1857⁷.

Mesmo dentro de uma unidade, havia diferenças nas fardas – além das já esperadas, como entre as roupas dos oficiais, de maior riqueza e qualidade, e a dos soldados, mais simples. Havia outras, como entre os membros da banda, que usavam

⁷ BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra, Coronel do Estado-Maior de 1ª Classe Alexandre Manoel Albino de Carvalho*. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

espadas curtas com decorações alusivas à música e trajes com cores bem diferentes do resto da tropa. Os mestres das bandas, por exemplo, usavam roupas altamente decoradas, transformando-os em verdadeiros “generais da banda”. A guarda das bandeiras nos batalhões de infantaria, formada por um cabo (o “mais antigo, o que tinha mais tempo de serviço”) de cada uma das companhias do batalhão, tinha a autorização de usar um uniforme mais elaborado, com um chapéu de pele e um avental de couro, portando um machado cerimonial (por isso eram chamados de “porta-machados”) – além de terem a obrigação, para nós estranha, de usarem barbas longas e espessas.

É verdade que essa riqueza de detalhes não era feita sem alguns motivos. Em parte, o próprio Estado Nacional, ainda em formação, não tinha uma estrutura que permitisse a elaboração de um sistema unificado de controle, que chegasse ao nível de pensar nas fardas de suas unidades militares em todos os seus detalhes, apesar de padrões gerais terem sido estabelecidos no século XVIII. Tais assuntos eram “descentralizados”, deixados ao cargo dos comandantes dos próprios batalhões e regimentos que, algumas vezes, tinham o direito de comprar – e escolher – as roupas que seriam usadas por suas unidades⁸. Por exemplo, os militares na Espanha, desde de 1623, eram isentos das leis suntuárias, que limitavam as expressões mais extremas de luxo e riqueza, pois:

“São os ornamentos, as plumas e as cores brilhantes que dão o espírito e a força a um soldado, para que ele possa com furiosa resolução sobrepujar qualquer dificuldade ou realizar qualquer feito valoroso”⁹.

Essa visão prosseguiu por boa parte do século XIX e, de certa forma, ainda pode ser vista nos uniformes militares dos dias de hoje, agaloados com medalhas, fitas, crachás, insígnias, etc, como um código próprio que dá identidade ao indivíduo que os porta, tanto em relação à sociedade como um todo, quando dentro das próprias forças armadas ou de seu universo mais restrito, de seus camaradas em armas.

Havia também a questão da identificação dos combatentes no campo de batalha. Ao contrário dos dias de hoje, onde se busca o mimetismo para escapar da atenção do inimigo, as táticas empregadas até após a Guerra do Paraguai exigiam o combate em formações lineares, rígidas, de forma que não havia possibilidade de se ocultar com o terreno (com algumas exceções, que trataremos mais adiante). Mas essas mesmas

⁸ Por exemplo: “até 1645 os comandantes davam aos seus soldados o uniforme que bem lhes entendesse ordinariamente, no todo ou em parte, na cor de suas librés”. MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Repertório da legislação militar actualmente em vigor no exército e armada do Império do Brasil compilado e oferecido a S.M. o senhor D. Pedro II por ...* Rio de Janeiro Tomo III, Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1842. p. 246.

⁹ *El Guzmán de Alfarache*, citado por PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road : 1567-1659. The logistics of Spanish victory and defeat in the Low Countries' Wars.* Cambridge : Cambridge University, 1990. p. 164.

formações lineares exigiam que o comandante em chefe tivesse um controle rígido sobre suas tropas, de forma que eram necessários elementos que permitissem a rápida identificação de “quem era quem” no campo de batalha. E, para isso, os uniformes enfeitados ajudavam, não tanto por suas cores, mas por causa de suas formas diferentes. Como colocou o general Wellington, famoso por derrotar Napoleão em Waterloo:

“Ao longe, ou no combate, as cores não são nada: o perfil ou a forma da cobertura e sua aparência geral são o que nos guiam. Um cavalo com rabo é um bom sinal para um dragão, se você consegue vê-lo de perfil; e não há um sinal tão bom como o capacete de dragões inglês (...) As barretinas com o topo estreito de nossa infantaria, em oposição as barretinas de topo largo dos franceses são uma grande vantagem para aqueles que tem que olhar de longe para uma linha de posições opostas uma a outra”¹⁰.

Finalmente, havia a questão psicológica, não menos importante do que as outras: cores fortes e os acessórios das fardas muitas vezes tiveram origens práticas, como as dragonas, que surgiram para proteger os ombros de golpes de espada e a farda da abrasão do fuzil, mas estes logo adquiriram aspectos que excediam esse aspecto utilitário. As franjas das dragonas tinham como maior razão o fato de que dão uma aparência de ombros mais largos e, portanto, de mais força ao soldado. Barretinas altas, com plumas, têm a função de dar ao soldado uma aparência de maior altura, o mesmo acontecendo com as bandoleiras brancas cruzadas no peito, usadas pelos granadeiros (e pelos fuzileiros no Brasil). O próprio uso da barba – uma obrigação legal que raramente teve o seu cumprimento efetivamente imposto durante o 2º Reinado – servia para dar aos soldados uma aparência mais “feroz”.

Tudo resultava em uma grande variedade no vestuário militar de um país, variedade que podia ser vista em qualquer desfile ou formatura militar, mesmo que de um só batalhão.

Este sistema, apesar de toda a sua complexidade e impraticabilidade, era viável no Brasil – e no resto do mundo – em um momento em que a fabricação de roupas era totalmente artesanal: não havia produção em larga escala, de forma que o alto preço das roupas era um problema insolúvel com que tinha-se que conviver.

Desta forma, a maior ou menor quantidade de detalhes elaborados não aumentaria desmesuradamente os já elevados custos de fabricação. Essas despesas, por sua vez, não impossibilitavam o funcionamento normal dos exércitos, na medida em que, na maioria das vezes, a administração da aquisição era descentralizada e as

¹⁰ PERICOLI, Ugo & GLOVER, Michael. *1815 : The Armies at Waterloo*. London : Sphere, 1973. p. 95. Ao falar do “cavalo com rabo”, Wellington se refere ao costume dos ingleses, de cortar o rabo de suas montarias de cavalaria, o que os franceses não faziam.

unidades eram compostas por contingentes muito reduzidos: a maior parte das províncias tinha como guarnição apenas um batalhão ou regimento que, em seu estado completo, teriam no máximo 850 homens em meados de 1850 (número nunca atingido na prática). Somente nas províncias estratégicas (Corte, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) as forças eram maiores, mas mesmo nesses casos não eram elevadas, raramente chegando a 3.000 homens, quantidade viável para um fornecimento em bases artesanais.

Isso criava apenas pequenas demandas à administração central das forças armadas, com exceção de momentos de maior mobilização, como no caso das guerras napoleônicas, quando foram feitas algumas tentativas de simplificação, logo revertidas¹¹.

Essa diversidade foi uma situação que durou até a década de 1860 no Brasil, gerando alguns inconvenientes, apesar de não inviabilizar o funcionamento da estrutura de suprimentos em tempos de paz, como se pode ver em um ofício do diretor do Arsenal de Guerra da Corte ao ministro da Guerra, em 1854:

“Quando os corpos [unidades] tinham os seus conselhos administrativos, fácil era a cada qual manufaturar o seu fardamento com as variações de uniformes de seus respectivos figurinos; hoje porém que esses fornecimentos são feitos pelos Arsenais, acontece que as variações multiplicadas em certos detalhes do uniforme para cada corpo produzem grave embaraço, e impedem, que nos Arsenais, haja reservas de fardamentos para ocorrer de pronto aos suprimentos, que se ordenam em épocas incertas, e irregulares; o que acontece, é que somente quando se faz um pedido, é que se dão providências para a manufatura dos fardamentos; às vezes esses pedidos acumulam-se, e trazem consideráveis demoras ou aprontam-se fora do tempo para que eram precisos.”¹²

Dessa forma, a não “uniformidade” dos uniformes não era só compreensível, como até aceitável dentro da conjuntura da época. Quem se importaria com o fato das fardas usadas pelas unidades no Rio Grande terem túnicas vermelhas, diferentes dos uniformes usados na província vizinha, de Santa Catarina, quando as comunicações eram precárias e os contatos regulares entre os habitantes de uma e outra eram raros?

¹¹ Durante no período logo após a Revolução Francesa os uniformes daquele país foram simplificados, mas Napoleão reverteu a decisão. Mesmo assim, em 1812, em função do imenso tamanho do *Grand Armée*, ele teve que padronizar alguns elementos. O mesmo aconteceu com o exército Prussiano. Cf. PERICOLI, *op. cit.* p. 97. Um efeito semelhante pode ser observado nos exércitos portugueses na metrópole, que durante as guerras napoleônicas adotaram uma farda semelhante à inglesa, mas de cor marrom, por causa do tecido mais barato. Tal medida, contudo, não se estendeu ao Brasil.

¹² BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal coronel Jerônimo Francisco Coelho ao Ministro da Guerra, Pedro d'Alcantara Bellegarde*. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1854. Mss. Arquivo Nacional.

O sistema de fornecimento artesanal e altamente individualizado, contudo, estava longe de ser a melhor prática. Por exemplo, um soldado que fosse transferido de uma província para a outra, uma prática muito comum, sendo muitas vezes usada como punição para com indisciplinados, destoaria muito de seus companheiros até que recebesse um novo uniforme. E isso poderia levar até quatro anos, considerando o tempo de duração de algumas peças do fardamento. Por exemplo, quando foi criada uma companhia provisória de atiradores, equipados com armas de precisão, o comandante da Divisão Auxiliar Brasileira em Montevidéu, escrevia ao Ministro da Guerra:

“Tenho a honra de enviar o incluso figurino [de uniforme] da Companhia de Atiradores a Tige (...) O equipamento que por ora ela tem é de diferentes qualidades, porque suas praças são dos cinco Batalhões aqui existentes porém já pedi à Presidência do Rio Grande do Sul que mandasse o equipamento que no Arsenal de Guerra da Corte daquela província existe. Umas praças têm capotes azuis, outras de mescla, e outras, finalmente, tem ponchos, pela mesma razão de serem praças de diferentes Corpos”¹³.

Havia também um problema dos custos elevados dos uniformes: para se dar todo o equipamento de um fuzileiro, era necessário gastar-se 89.910 réis em 1850¹⁴. Deste total, o fardamento era a despesa mais elevada, correspondendo a 61.620 réis (68,5 % do total), bem mais do que era reservado para o fuzil e acessórios do soldado (13.060 réis), sendo esse custo agravado pelo fato de que o fuzil tinha uma “duração” prevista de 10 anos, enquanto as peças de fardamento variavam de seis meses a quatro anos, no máximo (prazo esse reduzido à metade durante operações de guerra).

O problema do custo era tão sério que o Império, na década de 1850, não mais distribuía uniformes de gala para as unidades fora do Rio de Janeiro. Portanto, do ponto de vista da historiografia, é importante apontar que a maior parte dos livros de estampas de uniformes que mostram esses uniformes de gala em uso estão errados, pois se baseiam nos regulamentos publicados em 1852 e 1858, verdadeiras obras de arte, magnificamente ilustrados, mas que não têm relação direta com a situação real do exército de então – pelo menos no que tange às fardas realmente usadas.

¹³ BRASIL – Divisão Auxiliar Brasileira em Montevidéu. *Ofício nº 112 do comandante da Divisão, Brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto ao ministro da Guerra, Pedro d’Alcantara Bellegarde*. Montevidéu, 27 de setembro de 1854.

¹⁴ BRASIL – Ministério da Guerra. *Decreto nº 547 de 8 de janeiro de 1848*. Para efeito de comparação, a etapa, o valor em dinheiro que era reservado para a refeição dos soldados, era, naquele ano, de 480 réis diários, ou seja, o dinheiro gasto com o equipamento de um soldado seria suficiente para alimentá-lo por seis meses. BRASIL – Arsenal de Guerra. *Avaliação das rações d’etapa e forragens para o 2º Semestre do ano civil de 1849, calculada pelos preços correntes da relação apresentada pelo Agente de Compras*. Rio de Janeiro, Contadoria do Arsenal de Guerra, 21 de junho de 1849. Mss. Arquivo Nacional.

E mesmo o sistema mais resumido, usando apenas os uniformes *de serviço*, ainda era muito complexo para ser realmente eficiente. Na década de 1850, quando todo o exército estava sendo praticamente recriado, em linhas verdadeiramente nacionais, começou-se a pensar na simplificação das vestimentas militares. Algumas medidas simples foram tomadas, como o uso de botões de massa substituindo os botões de metal dourado nos batalhões de caçadores¹⁵ (apesar de, neste caso, talvez essa medida devesse à necessidade dos caçadores de terem uniformes mais discretos que o resto da tropa, ver nota 19). Mais clara em termos de economia, foi a decisão do ministro da guerra, Marquês de Caxias, de alterar o plano de uniformes aprovado em 1858, mandando suprimir os números dos batalhões usados nos botões (que custavam o triplo do preço dos botões lisos)¹⁶. Dois anos depois, o então ministro da Guerra, General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, apresentou uma proposta para simplificação dos uniformes, mas que não foi aprovada¹⁷. A prática de uniformes “não-uniformes” entre as unidades do Exército continuou.

Contudo, com o início do conflito no Paraguai, todos os problemas acima descritos – e que já tinham sido notados nas campanhas anteriores, como a de Oribe e Rosas – voltaram a se fazer sentir, só que agora com muito mais rigor, obrigando a mudanças profundas e radicais nas vestimentas militares. Conceitualmente, uma das mudanças mais profundas na história do vestuário militar.

O novo sistema de uniformes, adotado pelo Decreto n.º 3.620, de 28 de fevereiro de 1866, apesar de não ser tão despojado quando foi inicialmente concebido, em 1865¹⁸ era muito mais simples – não havia roupas de gala e apenas uniformes de verão (claros e de tecido leve – brim) e de inverno, de tecido azul escuro, mais espesso e quente (lã) – curiosamente, o exército tinha o costume de usar a calça de verão, branca, com a túnica azul, criando uma variação do fardamento que não estava prevista nos regulamentos, mas que é dominante nas imagens que existem da guerra.

Em substituição às grandes e volumosas barretinas adotou-se o *quepe a Cavaignac*, um gorro com pala (bico de pato) seguindo um modelo francês que foi

¹⁵ BRASIL – Arsenal de Guerra, Conselho Administrativo. *Ofício de Eustáquio Adolfo de Mello Matos, presidente interino do Conselho Administrativo ao Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

¹⁶ BRASIL – Ministério da Guerra, 3ª Diretoria, 3ª Seção. *Aviso do Ministro da Guerra, Marquês de Caxias ao Presidente do conselho Administrativo do Arsenal de Guerra*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1862. Mss. Arquivo Nacional.

¹⁷ BRASIL – Ministério da Guerra. *Proposta de decreto alterando as disposições sobre uniformes, 1863*. S.l.n.d. Mss. Arquivo Nacional.

¹⁸ O projeto de uniformes para os Corpos de Voluntários da Pátria, aparentemente, previa apenas um par de calças de brim, um boné e duas blusas: uma de brim e outra de baeta e não de lã, tecido normalmente usado. O custo desse uniforme era de 18.000 réis, bem menor do que o uniforme tradicionalmente usado pelo exército. Cf. BRASIL – Arsenal de Guerra. *Preço de cada um das peças do uniforme em projeto para os Voluntários da Pátria*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1865.

muito comum no período e que tinha a imensa vantagem de ser de fácil manufatura e barato, além de ser leve e confortável. Acabou-se com a diferenciação dos uniformes entre as unidades, mantendo-se apenas as existentes entre as armas: artilharia, cavalaria e infantaria e, nesta última, entre os caçadores e fuzileiros, devido à doutrina tática do período, que via uma forma diferenciada de uso dessas tropas. Mas as diferenças eram bem pequenas: no caso dos caçadores e fuzileiros, era apenas em detalhes do correame, já que os caçadores usavam peças de couro escuro, enquanto os fuzileiros as tinham brancas¹⁹.

A razão principal dessa mudança foi a existência de um exército de massa. O sistema de mobilização dos voluntários da pátria, inicialmente, resultou na criação de unidades altamente individualizadas, no mesmo sistema do período anterior. Muitos dos corpos de voluntários tiveram uniformes próprios, bem diferentes dos usados no Exército – ocasionalmente muito rebuscados, totalmente estranhos à nossa tradição, como os famosos *Zuavos da Bahia*.

Os zuavos, de fato, eram exóticos até do ponto de vista internacional, pois eram uma tropa com uma farda baseada na roupa dos soldados zuavos do exército francês, que tinham ficado famosos na guerra da Criméia (1853-1856). Estes, apesar do uniforme islamizado, com jaquetas azuis bordadas de amarelo, pantalonas vermelhas e coberturas em forma de fez turco, eram colonos franceses da Argélia. Aqui, os nossos zuavos, tanto os da Bahia como os de Pernambuco, eram formados unicamente por soldados e oficiais negros sem uma razão aparente para tanto, sendo a única tropa inteiramente segregada do Exército Brasileiro desde o período colonial.

Mesmo quando as fardas se aproximavam das usadas no exército regular, inicialmente havia pequenos detalhes que distinguiam os voluntários (independente do símbolo no braço, que tinham o direito de usar): o 31º Batalhão de Voluntários, antigo 1º, formado pelo corpo policial da Corte, tinha uma túnica e peças de fardamento azuis com vivos verdes, um detalhe único desta unidade. Caso semelhante era o do 7º Batalhão de Voluntários, recrutado em São Paulo, que tinha túnicas com o peito pregueado – detalhe que não constava dos regulamentos do exército.

E essas diferenças nos trajés, algumas fundamentais, outras de detalhes, eram casos muito comuns, mesmo porque os batalhões de voluntários, principalmente no início da Guerra, foram organizados de forma um tanto quanto atabalhoada, alguns

¹⁹ Isso se devia ao uso das tropas: os fuzileiros eram tropas de choque, normalmente combatendo em formações cerradas. Para isso, o efeito psicológico das fardas, como a maior altura causada pelas bandoleiras brancas, seria um bom auxílio. Por outro lado, os caçadores, a infantaria ligeira, tradicionalmente deveria operar em formações dispersas, mais espalhados pelo terreno. Para isso tinham uniformes mais discretos, com o uso de correias escuras. Durante a guerra do Paraguai essa distinção efetivamente desapareceu, os dois tipos de unidades sendo usados da mesma forma, indiscriminadamente. Em 1872 o Império acabaria com a distinção entre fuzileiros e caçadores.

equipados e fardados por particulares, como foi o caso de um batalhão formado na Paraíba (recebeu o nº 4), sobre o qual há correspondência do Presidente de Província da Paraíba para a Ajudância Geral do Exército (departamento que cuidava do pessoal), pedindo para manter no batalhão

“o Sr. Capitão José Thomaz de Aquino Cabral, que já fez despesas com fardamento próprio para esse Batalhão, e deseja além disso ir para o sul em companhia dos voluntários com que veio de sua província natal.”²⁰

Mas, como vimos acima, esse sistema individualizado de uniformes, que aparece muito bonito nas estampas da época da Guerra e nos livros de uniformes, pode levar a crer que o sistema antigo, de falta de uniformidade nas fardas do exército, permanecia. Tal não foi o caso. O conflito colocou fortes limites à capacidade de produção de fardas do Brasil no período. Por exemplo, o ministro da Guerra considerava que toda a província do Rio Grande do Sul só tinha condições de fardar 20.000 soldados²¹. Este número é apenas um pouco mais do que o efetivo das tropas que não marcharam para o Paraguai, ficando na província para manter a segurança da área. Desta forma, o arsenal do exército mais próximo da área de conflito só tinha condições de atender às demandas locais da província.

No maior centro industrial brasileiro de então, a Corte, a situação era melhor, mas não muito, devido justamente ao fato do país ainda não ter adotado os princípios da produção em série e em larga escala. Naquele momento, o arsenal de guerra usava um sistema de produção pré-industrial, em que os tecidos eram cortados nas oficinas do Arsenal e então entregues a costureiras empreiteiras, que faziam o acabamento da farda, na maior parte das vezes manualmente, já que as máquinas de costura ainda eram extremamente raras. O sistema já apresentava sinais de falha antes da guerra, na medida que era muito difícil gerenciar o trabalho das mais de quatro mil costureiras empregadas pelo arsenal de guerra²² (o exército era, de longe, o maior empregador no período), tanto é que se cogitou substituição da distribuição das costuras pela fabricação industrial, terceirizada, ou a importação direta das fardas, como pode ser visto no relatório do Arsenal de Guerra de 1857:

²⁰ LOBO, Francisco de Paula de Silveira. *Carta para Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, ajudante general do exército*, 16 de maio de 1865. Mss. Arquivo Nacional.

²¹ BRASIL – Ministério da Guerra, 3ª Diretoria. *Aviso do Ministro da Guerra, Visconde de Camamu, ao diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Antônio Pinto de Figueiredo Mendes Antas*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1865. Observe-se que esta informação foi dada com relação ao exército que então apenas operava no Uruguai.

²² Em 1860 havia 4.440 costureiras cadastradas no Arsenal de Guerra, que tinham fabricado 96.274 peças de fardamento. Cf. BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relatório do Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, diretor do Arsenal de Guerra da Corte ao ministro da guerra*. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1860. Mss. Arquivo Nacional.

“Fardamentos: Os suprimentos extraordinários, a morosidade do processo das compras, a falta de fábricas nacionais, um mercado pouco abastecido, e finalmente a falta de transportes, são as causas da demora que algumas vezes há nas remessas. As fazendas, e especialmente os panos, sendo comprados em diversas ocasiões, e a diferentes negociantes, não podem ser sempre iguais em qualidade, e até em cor, e em consequência torna-se irregular o fardamento. É pois fora de dúvida a conveniência de serem elas contratadas no estrangeiro com alguma fábrica, ou casa acreditada, sob ajustadas condições, a qual a mande aqui por toda de uma só qualidade; o que trará além da uniformidade, economia.”²³

Durante a guerra era necessário um sistema que fosse capaz de fornecer não mais alguns milhares de peças de fardamento por ano, mas sim dezenas de milhares, em ritmos muito mais acelerados do que durante a paz, devido ao desgaste natural das roupas durante o serviço de guerra. Por exemplo, apenas uma das muitas remessas de fardas, de 1867, menciona o envio de 5.000 blusas de brim, 15.000 calças de pano (lã), 10.000 bonés ou gorros para infantaria, 14.000 bonés para Infantaria do novo uniforme, 6.000 ditos para caçadores do novo uniforme e outras peças²⁴.

Mesmo com o apoio voluntário de particulares e de outras repartições públicas, como a casa de correção, que se ofereceram a ajudar o exército na confecção de uniformes, o sistema pré-industrial não foi suficiente para equipar as forças mobilizadas para o conflito, que excediam em muito o exército regular e os voluntários da pátria normalmente mencionados como forças em luta pois, como dissemos acima, havia também os Guardas Nacionais destacados para serviços militares no País, enquanto as tropas regulares estavam no Paraguai. E, apesar de normalmente esquecidos na historiografia, também era necessário dar uniformes aos prisioneiros de guerra paraguaios confinados nos diversos campos de prisioneiros espalhados pelo País – só o “Depósito de Prisioneiros” na Fortaleza de São João, um dos muitos campos existentes no Rio de Janeiro, recolhia 1.565 prisioneiros. Estes eram alimentados, recebiam pagamento por serviços prestados e, mais importante para o presente trabalho, uniformes (chapéus ou bonés com pala, blusas de brim, blusas de baeta, camisas de

²³ BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relatório do diretor do Arsenal de Guerra*, brigadeiro João José da Costa Pimentel, ao ministro da guerra. Rio de Janeiro, 5 de março de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

²⁴ BRASIL - Repartição do Quartel Mestre General, 3ª Seção. *Ofícios da Repartição de Quartel Mestre General ao Diretor do Arsenal de Guerra*, Coronel Francisco Antônio Raposo. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

algodão, calças de brim branco, calças de lã, sapatos, mantas, gravatas), fornecidos trimestralmente pelo Arsenal de Guerra²⁵.

O resultado foi a necessidade de se diversificar a produção local de fardas, contratando no exterior (Inglaterra e Estados Unidos) parte da manufatura de uniformes em larga escala. Esses eram feitos dentro dos princípios da produção em série, com o exército brasileiro passando assim a se inserir no mercado consumidor de produtos industrializados estrangeiros.

Um efeito desse problema de suprimento em larga escala já foi mencionado acima, mas cremos ser necessário repetir: o sistema de fornecimento não era capaz de lidar com as idiosincrasias das vestimentas altamente individualizadas das unidades, como os Zuavos da Bahia. Desta forma, não importa que o 16º Batalhão de Voluntários, formado com imigrantes em Montevidéu, tivesse um uniforme do gosto “italiano” (era vermelho com vivos verdes, cores da casa de Saboia) – como as forças em operação só recebiam as fardas do padrão do exército, ele logo perdeu essa característica individualizante. As diferenças de vestimenta entre os soldados do exército regular, Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais foram desaparecendo ao longo do conflito, criando-se uma tropa de aparência mais homogênea, uma força verdadeiramente moderna e não o ajuntamento de unidades isoladas que tinha sido a marca dos exércitos até o período napoleônico. Mesmo os Voluntários da Pátria, que tinham o direito de usar uma insígnia de latão na manga, não podiam ser identificados dos soldados regulares, pois essas insígnias logo desapareceram dos uniformes, só voltando a ser distribuídas para as paradas da vitória, em 1870.

O exército no Paraguai, então, era uma força que, em suas fardas, refletia a sociedade do momento, em termos sócio-econômicos e até culturais – as fardas simplificadas, adotadas em 1866 e que estão bem dentro da moda do período, podem ser vistas como um reflexo de uma sociedade que oprime o homem, roubando sua identidade, transformando-o em uma pequena peça, descartável, de uma máquina mais complexa – um ponto que seria enfatizado nos exércitos de massa do século XX.

²⁵ BRASIL – Ministério da Guerra, 2ª Seção Repartição do Quartel Mestre General, Tenente Coronel Chefe de Seção Franklin Antônio da Costa Ferreira. *Nota do fardamento que o Arsenal de Guerra da Corte deve fornecer ao dito depósito [de prisioneiros de guerra paraguaios] para pagamento dos vencimentos do ano findo dos referidos prisioneiros; conforme o pedido que acompanhou o ofício nº 5 do respectivo comandante, de 7 do corrente mês.* 19 de novembro de 1869. Rio de Janeiro Mss. Arquivo Nacional. Aparentemente o uniforme de alguns prisioneiros, como os empregados na Escola Militar, era mais elaborado, tendo peitilhos encarnados. O uniforme dos oficiais certamente o era, já que a menção a “canhões” (punhos), que não aparecem nas fardas fornecidas aos soldados aprisionados.